



GT 16. Antropologia, Saúde Pública e fabulações cosmopolíticas: etnografia e possibilidades simbiopoéticas de cuidar/fazer o mundo.

Coordenador(es):

José Miguel Nieto Olivar (USP - Universidade de São Paulo)

Maria Paula Prates (UFCSPA - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Colocamos em discussão três sistemas de produção de conhecimentos: a antropologia, a saúde pública e as cosmopolíticas. Trata-se de sistemas não equivalentes com relações não simétricas. Assumimos como ponto de vista a antropologia, principalmente de base etnográfica. Olhamos para a saúde pública como um campo fundamental de ação política e de gestão de novas e antigas formas de governo. Entendemos o marco cosmopolítico como um conjunto analítico e proposicional contemporâneo de extrema relevância para pensar “o mundo” nos seus limites e multiplicidades, em relação com formas possíveis de produção de conhecimento. Nos perguntamos: O que a antropologia brasileira contemporânea, objeto múltiplo e em franca transformação, tem a dizer sobre as relações possíveis entre antropologia e saúde pública no marco do conjunto de transformações e desastres que tem sido compreendidas como “fim do mundo”, Antropoceno, entre outros? Como a saúde pública pode se ver afetada no atravessamento de perspectivas antropológicas e etnográficas no marco do Fim do Mundo? Quais as possibilidades de uma antropologia da saúde, com sua tradição de corpos, curas, perturbações, saberes e emoções, no marco das propostas em curso sobre intervenções cosmopolíticas e intrusões de Gaia? Como alimentar etnograficamente os processos de cuidado, resistência, intervenção, intromissão e (re)feitura d/nos fins do(s) mundo(s), enquanto abre-se a possibilidade de reinvenção da antropologia?

Cenários complexos: Leishmaniose e mudança sócio-ambiental na Terra Indígena Wajãpi

Autoria: Joana Cabral de Oliveira (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Essa apresentação parte de uma experiência de pesquisa sobre o padrão epidemiológico de leishmaniose tegumentar na Terra Indígena Wajãpi (TIW) - Amazônia brasileira. A leishmaniose é uma doença tropical cujo ciclo envolve diversos agentes: o protozoário; os animais (em geral mamíferos) reservatórios; e o vetor (flebotomíneos) que repassa o parasito aos humanos. O aumento de casos dessa doença tem se mostrado diretamente relacionado aos impactos ambientais, que alteram as relações ecológicas que compõem o ciclo, bem como padrões sociais, aumentando a exposição das pessoas, caracterizando-se como um problema de saúde pública altamente complexo. As pequenas centrais hidroelétricas e o desmatamento em torno da TIW, bem como a sedentarização promovida por políticas do Estado e as mudanças nos padrões de ocupação territorial, parecem estar diretamente ligadas ao aumento da doença entre as famílias wajãpi. Sendo realizada por uma equipe multidisciplinar (bióloga, epidemiologista, veterinária e antropóloga) a pesquisa ainda contou com a ampla participação de alguns wajãpi. Todos esses fatores (o ciclo da doença, a relação com questões ambientais e sócio-culturais, bem como o processo de pesquisa que integra uma série de atores distintos) nos conduziu a uma enorme complexificação das variantes ligadas à doença, apontando para a impossibilidade de se operar com as grandes divisões de Natureza e Cultura, Ciência e Saberes Tradicionais, Estado e Contra Estado, Fatores Sociais e Fatores Ambientais etc. Além de apresentar aspectos do desenvolvimento da pesquisa, pretende-se discutir as dificuldades enfrentadas nesse processo advindas dessa densa e complexa rede de atores agentes não-humanos.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: